

# PROJETO DE LEI Nº      , DE 2020

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para tornar imprescritíveis os crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e de lavagem de dinheiro.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido dos seguintes Capítulo II-B e art. 337-E:

## **“CAPÍTULO II-B DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 337-E.** Os crimes previstos no *caput* do art. 317 e no art. 333 deste Código são imprescritíveis.”

**Art. 2º** A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 – Lei de Lavagem de Dinheiro, passa a vigor acrescida do seguinte art. 17-F:

**“Art. 17-F.** Os crimes previstos nesta lei são imprescritíveis.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Segundo dados da Transparência Internacional, em 2019, o Brasil caiu uma posição no ranking que mede o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) no mundo, passando a ocupar a 106ª posição entre 180 países. Essa foi a nossa pior colocação na série história e o quinto ano seguido de queda.

Infelizmente a conclusão da Transparência Internacional não surpreende. Quase que diariamente somos bombardeados por notícias sobre esquemas de recebimento de propinas, seja por servidores públicos ou por agentes políticos. Essas práticas não nos pouparam nem mesmo durante a pandemia do novo coronavírus, pois foram inúmeras as denúncias sobre fraudes e esquemas de corrupção relacionados com a gestão da saúde no período.

As consequências da corrupção para a sociedade são avassaladoras. Recursos que poderiam ser aplicados em políticas públicas de saúde, educação e segurança pública, são diuturnamente desviados, o que contribui para o sucateamento dos nossos hospitais, escolas e órgãos de segurança pública.

Estamos falando de desvios que somam valores estratosféricos. Segundo estudo divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, em 2010, *o custo médio da corrupção no Brasil é estimado entre 1,38% a 2,3% do PIB, isto é, de R\$ 41,5 bilhões a R\$ 69,1 bilhões (em reais de 2008).*

Um dos fatores que contribui para a manutenção desse quadro caótico é a possibilidade de o criminoso corrupto sair impune. Isso porque é comum que processos apurem corrupção cheguem até o Supremo Tribunal Federal (STF). Só que, até que isso aconteça, são vários anos de tramitação e de interposição de recursos, o que permite que o prazo prescricional escoe por completo.

Importante lembrar que esquemas de corrupção andam lado a lado com a lavagem de dinheiro. O branqueamento de capitais oculta a origem ilícita dos recursos e permite que os corruptos deles usufruam de imediato. Ademais, o julgamento conjunto desses delitos resulta em uma instrução processual mais complexa e demorada, o que é mais um fator que contribui para a ocorrência da prescrição.

Diante das graves consequências da corrupção e da lavagem de dinheiro e para que os responsáveis por essa conduta abjeta não saiam impunes, tampouco se beneficiem com recursos de origem ilícita, nossa proposta é que as referidas infrações penais se tornem imprescritíveis.

Importante lembrar que, embora as demais hipóteses de imprescritibilidade sejam disciplinadas pela Constituição Federal, o STF já decidiu que outras hipóteses podem ser criadas por meio da legislação

ordinária (RE 460.971/RS), razão pela qual estamos nos servindo da presente proposição para apresentar a nossa proposta.

Por entender que o presente projeto traz um novo instrumento para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, contamos com o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS DO VAL



SF/20352.33986-79